



Sistema de Contas Nacionais: Brasil 2016

SCN

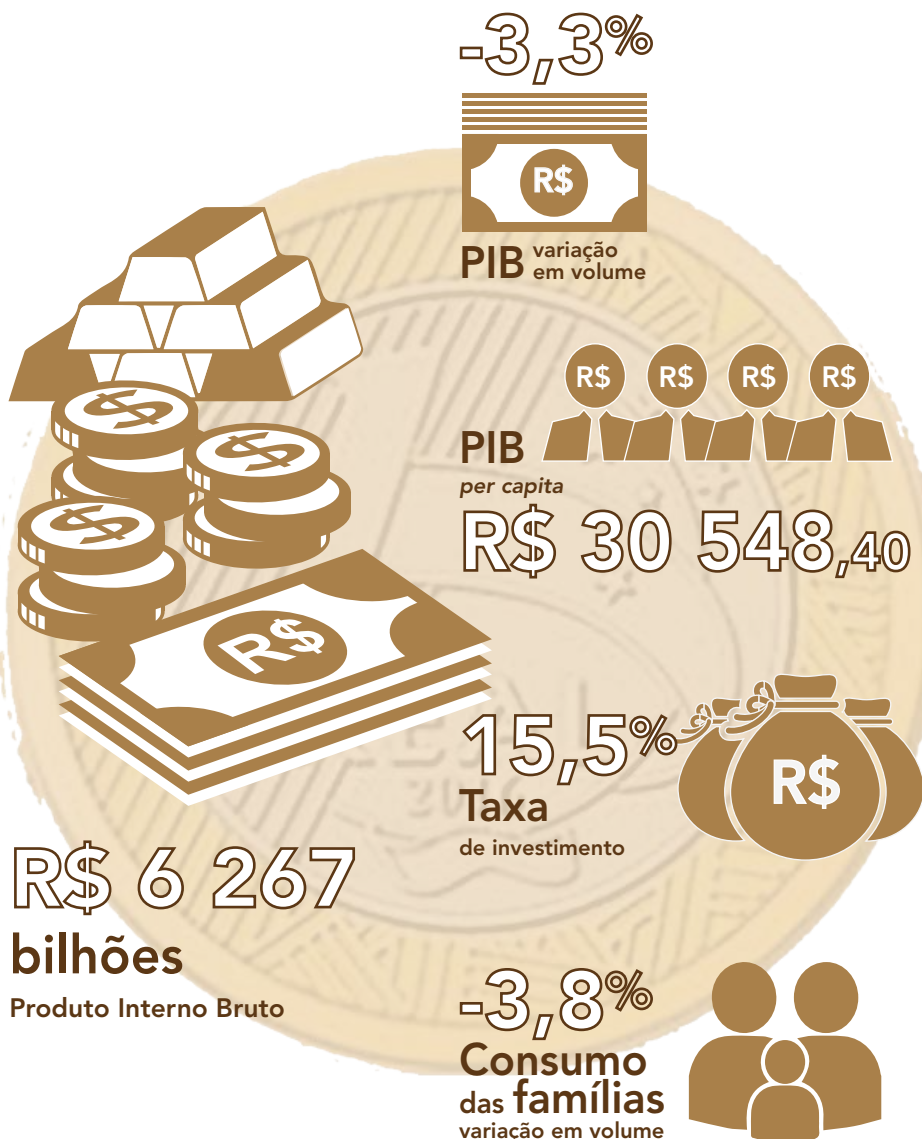
 ISBN 978-85-240-4476-2
 © IBGE, 2018

Dando prosseguimento à divulgação de resultados do Sistema de Contas Nacionais - SCN, referência 2010, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE apresenta, neste informativo, comentários analíticos sobre os principais destaques do SCN 2016, fornecendo, assim, uma síntese do desempenho da economia brasileira no período¹.

O SCN, cabe ressaltar, segue as recomendações internacionais do manual *System of national accounts 2008* e apresenta as informações segundo uma classificação de produtos e atividades integrada com a Classificação Nacional de Atividades Econômicas - CNAE 2.0.

O Sistema de Contas Nacionais consolida informações sobre a geração, a distribuição e o uso da renda no País. Há também dados sobre a acumulação de ativos não financeiros, patrimônio financeiro e sobre as relações entre a economia nacional e o resto do mundo. As Tabelas de Recursos e Usos mostram os fluxos de oferta e demanda e, também, a geração da renda e do emprego por atividades econômicas, enquanto as Contas Econômicas Integradas fornecem o recorte da economia por setores institucionais - Empresas não financeiras; Empresas financeiras; Governo; Instituições sem fins de lucro a serviço das famílias; e Famílias.

¹ Por decisão editorial, a partir do ano de referência de 2015, a publicação passou a ser divulgada em duas partes: a primeira corresponde a este informativo, que destaca os principais resultados da pesquisa, e a segunda é constituída por Notas técnicas, entre outros elementos textuais, apresentando considerações de natureza metodológica sobre a pesquisa. Outras informações sobre o SCN estão disponíveis em: <<https://www.ibge.gov.br/estatisticas-novoportal/economicas/contas-nacionais/9052-sistema-de-contas-nacionais-brasil.html>>.

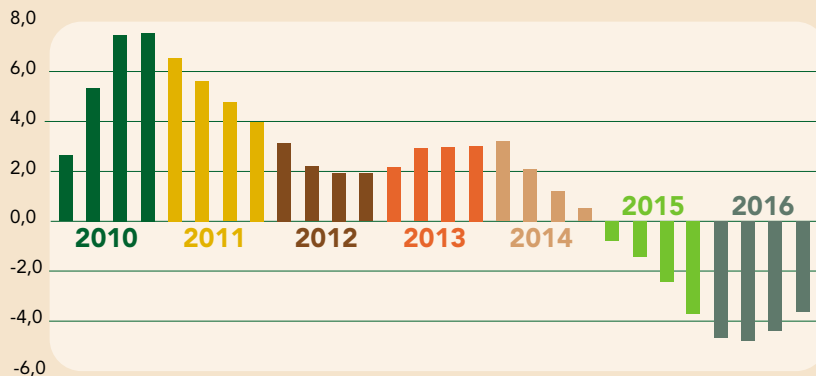


Em 2016, o Produto Interno Bruto - PIB apresentou queda em volume de 3,3%. Este recuo foi precedido por uma queda de 3,5% no ano de 2015. Em valores correntes, o resultado alcançado em 2016 foi de R\$ 6 267 bilhões, com um deflator do PIB de 8,1%. O PIB *per capita* foi de R\$ 30 548,40 tendo caído 4,1%, em volume, em relação ao de 2015.

A variação negativa, em volume, do PIB em 2016, foi decorrente de uma queda de 2,9% do valor adicionado bruto e de um decréscimo em volume, de 5,6% dos impostos sobre produtos, líquidos de subsídios.

Produto Interno Bruto (%)

Taxa acumulada em quatro trimestres (em relação ao mesmo período do ano anterior) 2010-2016



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Contas Nacionais.

O PIB pela ótica da produção

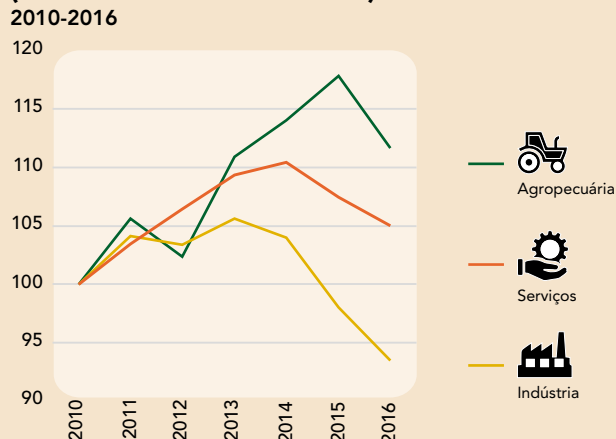
O PIB pela ótica da produção é calculado somando-se ao valor adicionado bruto gerado por cada atividade econômica o total dos impostos, líquidos de subsídios, sobre os produtos.

Os três grupos de atividades (Agropecuária, Indústria e Serviços) apresentaram queda no valor adicionado em 2016.

A Agropecuária registrou queda de 5,2%, após três anos consecutivos de crescimento. Segundo a pesquisa Produção Agrícola Municipal - PAM 2016, realizada pelo IBGE, condições climáticas adversas afetaram o desempenho de importantes culturas, como o milho em grão e a soja em grão, que apontaram redução da produção de 24,8% e 1,1%, respectivamente.

O valor adicionado da Indústria, por sua vez, caiu 4,6% em 2016 e acumula uma redução de 10,1% nos anos de 2015 e 2016. A atividade da Indústria com maior queda foi a *Construção*, que reduziu seu volume em 10,0% no ano de 2016, e acumula queda de 18,1% no biênio 2015-2016.

Valor adicionado bruto a preços básicos, por grupos de atividades econômicas (Número índice: 2010 = 100) 2010-2016



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Contas Nacionais.

Variação, em volume, do valor adicionado bruto a preços básicos, segundo as atividades econômicas (%) 2016



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Contas Nacionais.

A atividade de Eletricidade e gás, água e esgoto teve um crescimento do valor adicionado, em volume, de 6,5%, em 2016. Houve queda na produção de energia elétrica, mas a queda no consumo intermediário da atividade, devido a menor geração de energia térmica foi maior, o que explica o aumento do valor adicionado. Além do menor patamar de consumo de energia contribuíram também para a queda na participação da geração térmica o aumento da quantidade de chuvas em relação a 2015 e o aumento da geração de energia eólica.

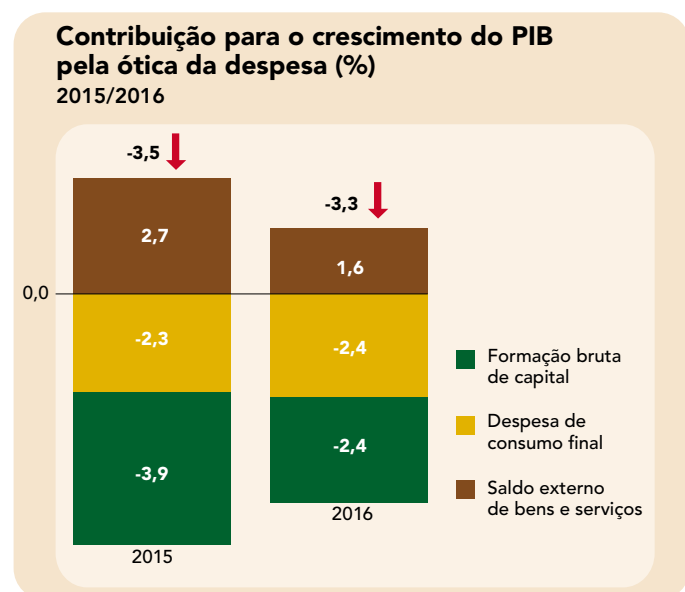
O setor de Serviços caiu 2,3% e acumula uma queda de 4,9% nos anos de 2015 e 2016. Dentro dos Serviços, as atividades de Comércio e

de Transporte, armazenagem e correio são as que mais contribuíram negativamente para esse resultado. Em 2016, o Comércio é a atividade com a segunda maior queda, sendo superada apenas pela *Construção*. Em 2016 o valor adicionado do Comércio caiu 6,7% o que é explicado tanto pela queda do consumo final quanto pela redução das margens de comercialização. Segundo dados da Pesquisa Anual de Comércio - PAC 2016, também do IBGE, as taxas de margem de comercialização, em média, eram de 31,2% em 2015 e 30,2% em 2016.

Já a atividade de *Transporte, armazenagem e correio* apresentou redução de 5,6% no valor adicionado em 2016, precedida de outra queda de 4,3% em 2015.

O PIB pela ótica da demanda

Além da contribuição de cada atividade econômica, o PIB também pode ser calculado pela soma dos componentes da demanda final, que são o consumo final, os investimentos e as exportações, uma vez descontado o valor das importações.



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Contas Nacionais.

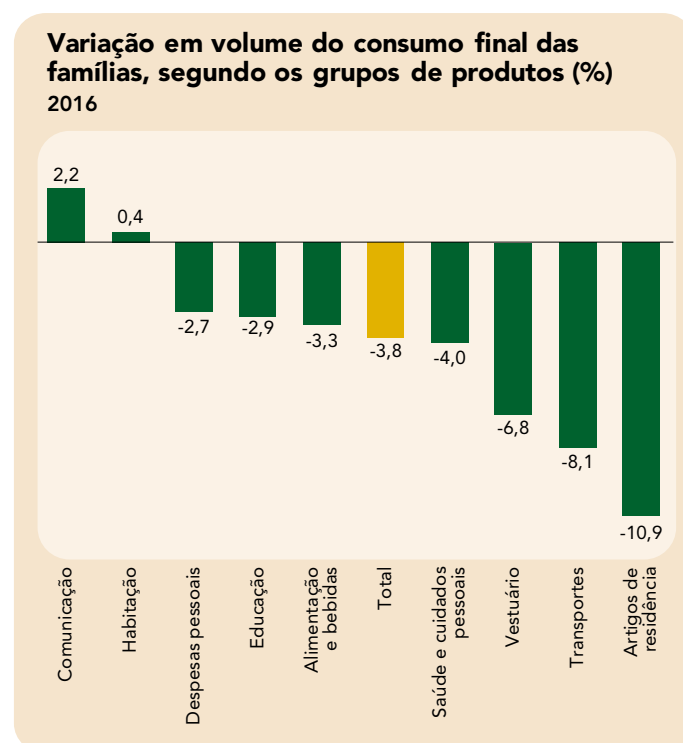
Entre 2015 e 2016 as despesas de consumo final tiveram uma queda em volume de 2,9%. O consumo das famílias, que possui o maior peso na demanda final, representando 62,8% do PIB, caiu 3,8% em 2016, quando já havia caído 3,2% em 2015. Por outro lado, a despesa de consumo final do governo cresceu 0,2% após uma queda de 1,4% em 2015. O consumo do governo no Sistema de Contas Nacionais engloba as despesas com bens e serviços oferecidos pelo governo às famílias, sejam estes oferecidos de forma total ou parcialmente gratuita.

A maior parte dos grupos de produtos e serviços que compõem as despesas do consumo final das famílias apresentaram variações negativas de volume em 2016. Dentre os que tiveram maior contri-

buição para a queda no consumo das famílias destacam-se os grupos Transportes (-8,1%), Alimentação e bebidas (-3,3%) e Artigos de residência (-10,9%).

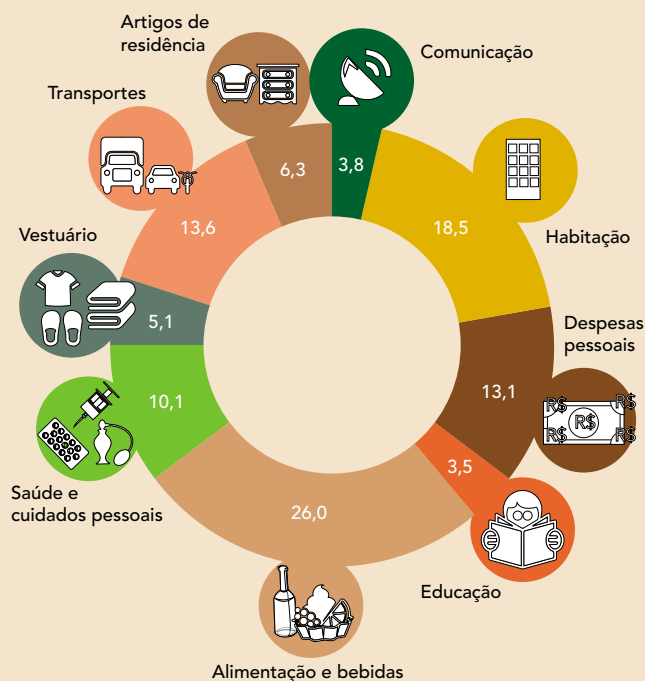
As despesas com Alimentação e bebidas representaram 26,0% do consumo das famílias em 2016. A despesa com Habitação representou 18,5% do total enquanto os dispêndios com Transportes foram de 13,6%, seguido pelas Despesas pessoais, 13,1%.

O índice de preços do consumo final das famílias cresceu 9,2% e 8,9%, respectivamente, em 2015 e 2016. Os grupos que mais contribuíram para esse crescimento em 2016 foram Alimentação e bebidas (12,2%) e Despesas pessoais (13,0%).



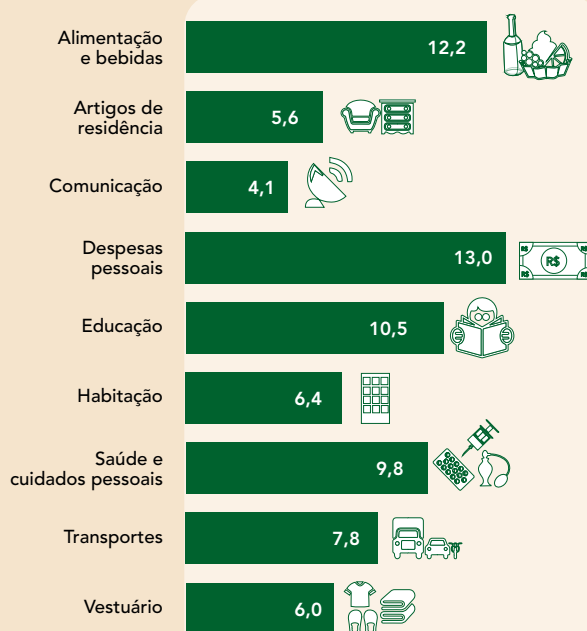
Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Contas Nacionais

Participação dos grupos de produtos no consumo final das famílias (%) 2016



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Contas Nacionais.

Variação de preços por grupo no consumo final das famílias (%) 2016



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Contas Nacionais.

A formação bruta de capital fixo (FBCF) da economia brasileira somou R\$ 973 bilhões em 2016. Sua variação em volume foi de -12,1%, e segue-se a outra queda, de 13,9%, em 2015. A formação bruta de capital fixo apresenta variações mais acentuadas do que os demais componentes da demanda agregada, amplificando o movimento de retração observado na economia. Com isso, a taxa de investimento (FBCF/PIB) observada em 2016 (15,5%), é a menor da série iniciada em 1995.

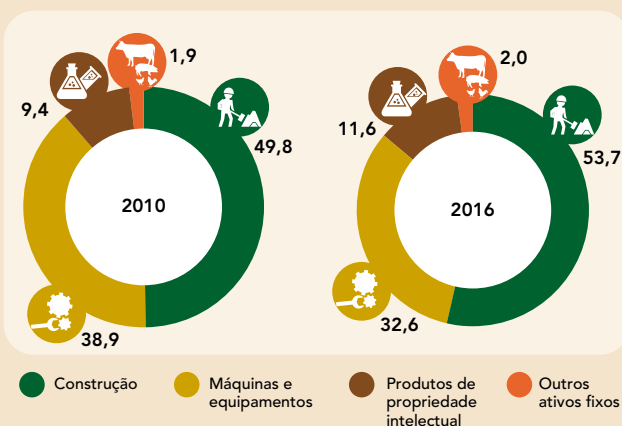
A participação dos componentes da formação bruta de capital fixo mudou na comparação entre os anos 2010 e 2016. Enquanto a construção ganha uma relevância maior e passa de 49,8% para 53,7% do total, as máquinas e equipamentos perdem peso, passando de 38,9% para 32,6% do total.

A participação da construção residencial em 2016 foi de 48,3% do total da Construção, enquanto outros edifícios e estruturas responderam por 51,7%. Para o grupo Máquinas e equipamentos tem-se 27,4% de equipamentos de transporte, 16,8% de equipamentos de tecnologia da informação e comunicação (TIC) e 55,8% outras máquinas e equipamentos.

Os Produtos de propriedade intelectual aumentaram sua participação no total da FBCF, passando de 11,1% do total em 2015 para 11,6% em 2016. Pesquisa e desenvolvimento (P&D) representam 38,4% desse total, enquanto 61,6% correspondem a *software*, bancos de dados e exploração mineral.

Quanto à variação em volume dos componentes da formação bruta de capital fixo, observou-se que todos os componentes apresentaram contração de volume em 2016. O componente Máquinas e equipamentos apresentou redução de 17,3%, enquanto o componente Construção apresentou redução de 10,8% em relação ao ano anterior. Foram registradas contrações menores nos componentes Produtos de propriedade intelectual (-4,1%) e Outros ativos fixos (-2,0%).

Componentes da formação bruta de capital fixo (%) 2010/2016

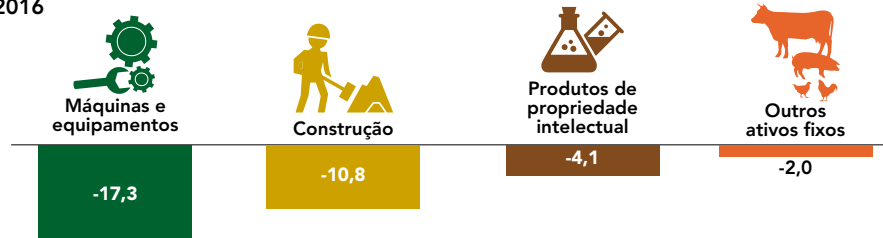


Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Contas Nacionais.

Em 2016 o setor externo contribuiu positivamente para o PIB. Como já havia ocorrido em 2015, as exportações apresentaram um aumento de 0,9% em volume – variação ainda positiva, mas menor do que o crescimento de 6,8% registrado no ano anterior. As importações de bens e serviços diminuíram 10,3% em volume, também uma queda menor que a registrada em 2015 (-14,2%).

Variação em volume dos componentes da formação bruta de capital fixo (%)

2016



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Contas Nacionais.

O PIB pela ótica da renda

O PIB pela ótica da renda é medido pela soma dos rendimentos obtidos no processo de produção (remunerações dos empregados, excedente operacional bruto e rendimento misto) mais os impostos, líquidos de subsídios, sobre produção e importação.

Componentes do Produto Interno Bruto pela ótica da renda 2015/2016

Componentes do PIB	2015		2016	
	R\$ bilhões	%	R\$ bilhões	%
Produto Interno Bruto	5 996	100,0	6 267	100,0
Remuneração	2 672	44,6	2 802	44,7
Rendimento misto bruto	499	8,3	528	8,4
Excedente operacional bruto	1 925	32,1	2 026	32,3
Impostos, líquidos de subsídios, sobre a produção e importação	899	15,0	910	14,5

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Contas Nacionais.

Em 2016, o crescimento anual da economia é acompanhado pela redução dos impostos, líquidos de subsídios, sobre produção e importação (de 15,0% em 2015 para 14,5% em 2016). A participação das remunerações no PIB permanece em ascensão (de 44,6% em 2015 para 44,7% em 2016). A pequena taxa de crescimento anual também ocorre nas participações do excedente operacional bruto (de 32,1% em 2015 para 32,3% em 2016) e do rendimento misto (de 8,3% em 2015 para 8,4% em 2016).

O número de ocupações diminuiu 1,6 milhão de 2015 para 2016 apesar do crescimento nominal do PIB e das remunerações. As ocupações com vínculo diminuíram 2,6% enquanto as ocupações sem carteira de trabalho assinada cresceram 0,6% de 2015 para 2016. O comportamento não foi unânime para todos os setores produtivos. No mesmo período, as atividades financeiras, de seguros e serviços relacionados, bem como as atividades imobiliárias apresentaram crescimento no número das ocupações com vínculo e queda no

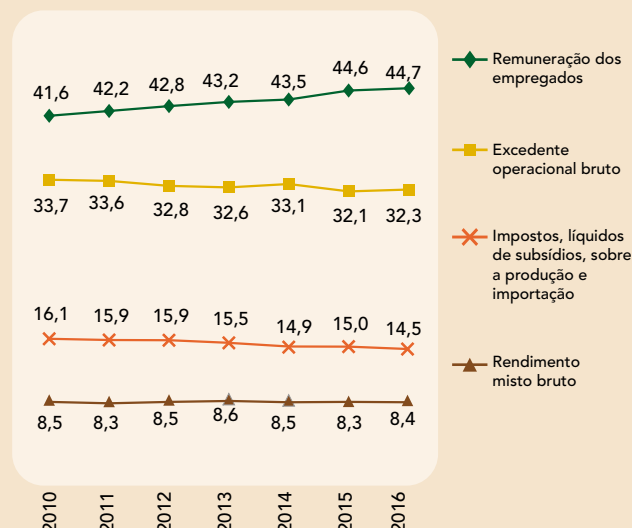
número de ocupações sem carteira de trabalho assinada. O maior crescimento do número de autônomos foi registrado nas atividades financeiras, de seguros e serviços relacionados, eram 51 495 em 2015 e alcançaram 59 364 em 2016.

Ocupações, segundo a forma de inserção no mercado de trabalho 2015/2016

Ocupações	2015		2016	
	em milhares	%	em milhares	%
Com vínculo formal	54 304	53,3	52 893	52,7
Sem carteira	16 438	16,1	16 540	16,5
Autônomos	31 213	30,6	30 930	30,8
Total	101 955	100	100 362	100

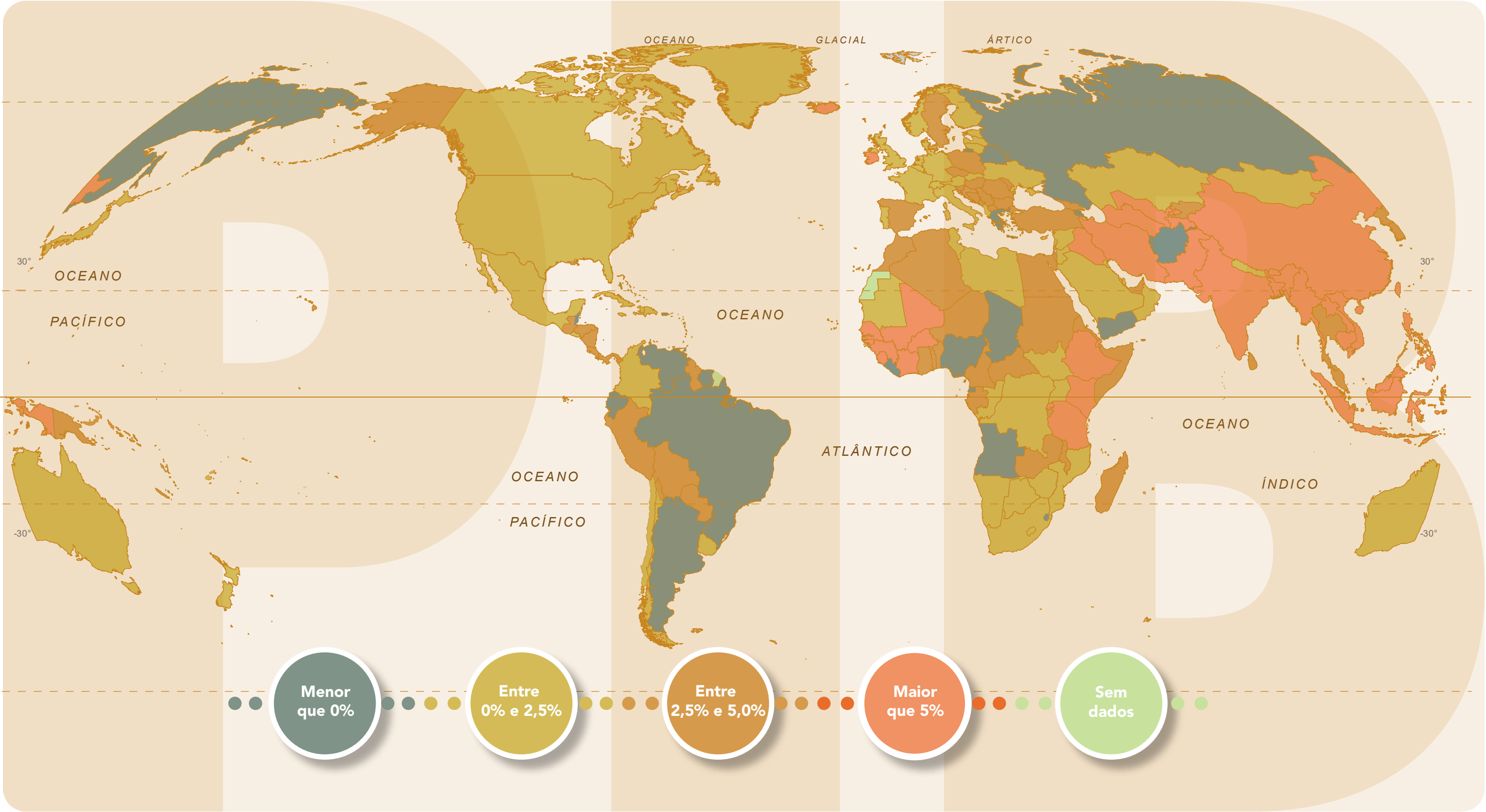
Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Contas Nacionais.

Evolução da participação dos componentes do Produto Interno Bruto pela ótica da renda (%) 2010-2016



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Contas Nacionais.

Crescimento mundial do Produto Interno Bruto
2016

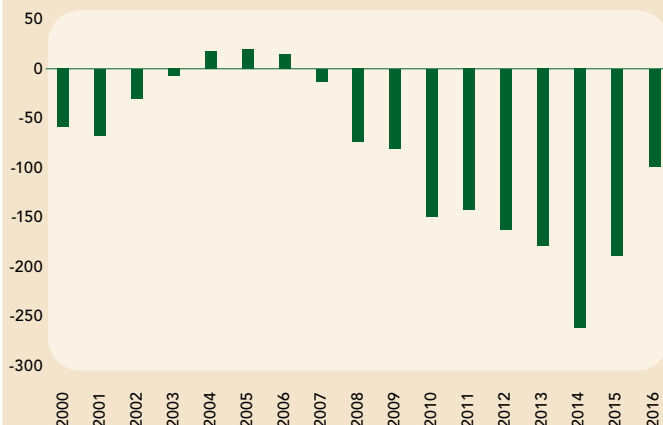


Fontes: 1. IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Contas Nacionais. 2. GROWTH rate of GDP and its breakdown. All countries for all years, sorted alphabetically. In: UNITED NATIONS. Statistics Division. National Accounts Main Aggregates Database. New York: UNSD, 2017. Disponível em: <<https://unstats.un.org/unsd/snaama/dnllist.asp>>. Acesso em: out. 2018.

Setores institucionais

Em 2016, a necessidade líquida de financiamento da economia brasileira alcançou R\$ 95,5 bilhões, registrando uma queda significativa de 49,4% em relação ao ano anterior (R\$ 188,7 bilhões). A diminuição da necessidade de financiamento entre os dois anos foi influenciada basicamente pelo desempenho do comércio exterior. Enquanto as exportações de bens e serviços apresentaram um crescimento, em termos nominais, de 1,0% em 2016 (R\$ 773,5 bilhões em 2015 contra R\$ 781,6 bilhões em 2016), as importações de bens e serviços, influenciadas pela redução da atividade econômica, experimentaram uma queda de 10,2% (passando R\$ 842,6 bilhões em 2015 para R\$ 756,5 bilhões em 2016). Como consequência, o saldo externo de bens e serviços da economia brasileira evoluiu positivamente, passando de um déficit de R\$ 69,1 bilhões, em 2015, para um superávit de R\$ 25,1 bilhões no ano seguinte. Além disso, ocorreu um aumento no envio líquido de renda de propriedade para o resto do mundo, que passou de R\$ 130,6 bilhões, em 2015, para R\$ 131,7 bilhões em 2016.

Capacidade (+) / necessidade (-) líquida de financiamento da economia (R\$ bilhões)
2000-2016



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Contas Nacionais.

O setor empresas não financeiras

Pela primeira vez na série do Sistema de Contas Nacionais, referência 2010, o **setor empresas não financeiras** apresentou capacidade de financiamento (R\$ 20,7 bilhões em 2016).

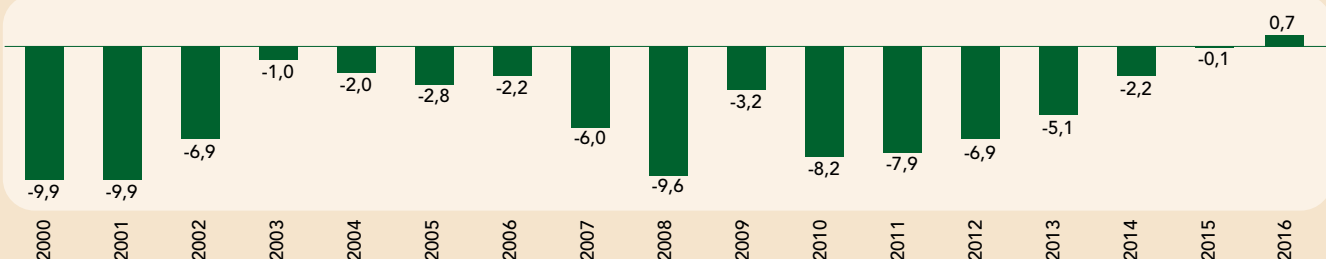
Em ambientes macroeconômicos adversos (como observado nos anos de 2003, 2009 e no período 2014-2016) é natural que as empresas não financeiras promovam fortes ajustes em seus dispêndios, objetivando reduzir sua necessidade de financiamento. No entanto, mesmo nessas circunstâncias desfavoráveis, não é comum ocorrer capacidade de financiamento no setor como a verificada em 2016.

O excedente operacional bruto do setor novamente apresentou crescimento inferior ao das remunerações dos empregados, mantendo a tendência de aumento da participação das remunerações em relação ao valor adicionado bruto. A poupança bruta, por sua

vez, aprofundou sua trajetória de queda em 2016 (-11,6%), passando de R\$ 529,0 bilhões em 2015 para R\$ 467,6 bilhões em 2016.

Nestas circunstâncias adversas, o ajuste das contas das empresas não financeiras foi implementado notadamente via redução de investimentos e estoques. Como exemplo, em 2016 a formação bruta de capital fixo das empresas não financeiras registrou forte retração de 12,8% em valores nominais, acumulando 20,1% de queda nos últimos três anos. A participação da formação bruta de capital fixo das empresas não financeiras em relação ao seu valor adicionado foi de 16,8%, menor patamar registrado na série iniciada em 2000. Ao mesmo tempo, houve variação de estoques negativa em 2016. Em ambos os casos, os piores resultados registrados para as empresas não financeiras desde o ano 2000.

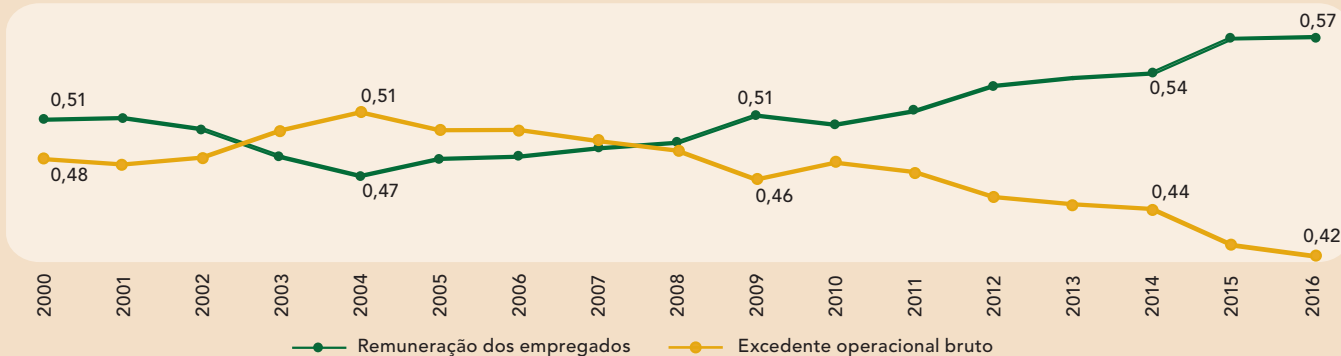
Capacidade (+) / necessidade (-) líquida de financiamento em relação ao valor adicionado bruto das empresas não financeiras (%)
2000-2016



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Contas Nacionais.

Evolução da remuneração dos empregados e do excedente operacional bruto em relação ao valor adicionado bruto das empresas não financeiras (%)

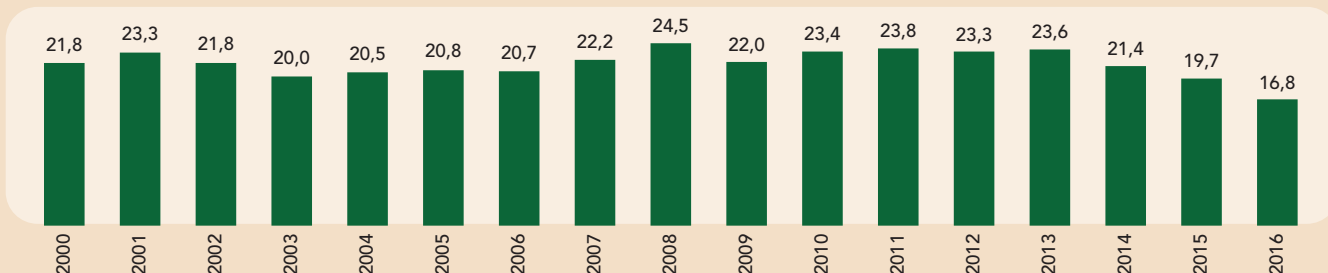
2000-2016



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Contas Nacionais.

Formação bruta de capital fixo / valor adicionado bruto (%)

2000-2016



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Contas Nacionais.

O setor empresas financeiras

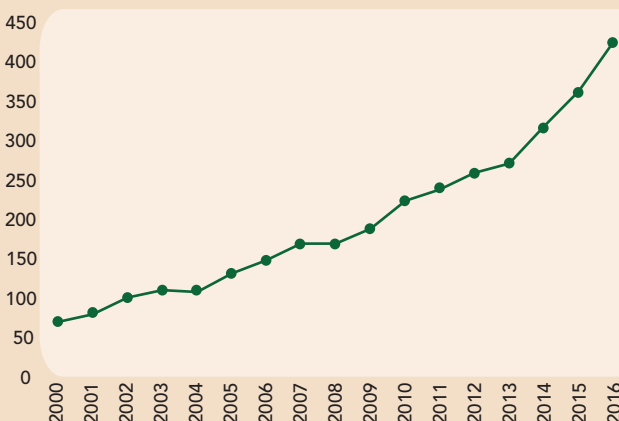
O valor adicionado bruto das empresas financeiras apresentou um crescimento nominal de 16,7% em 2016 em relação ao ano anterior, alcançando R\$ 423,4 bilhões.

O ano de 2016 foi um ano de ajustes para os bancos. O cenário econômico adverso e a instabilidade política levaram as instituições financeiras a reduzirem a atividade de crédito, ficando mais seletivas na concessão de novos empréstimos. A carteira de crédito apresentou variação positiva de 0,8% em 2016 contra um crescimento de 9,3% no ano anterior. Nesse ano, os bancos focaram na estratégia de renegociação de dívidas, devido ao aumento da percepção de risco do sistema financeiro.

A despeito da desaceleração da concessão de crédito, a produção dos serviços de intermediação financeira indiretamente medidos (SIFIM) – serviços ligados a concessão de crédito – teve aumento nominal de 18,2%, constituindo um dos fatores que contribuíram favoravelmente para o crescimento do valor adicionado bruto do setor. Uma das razões para isso foi o aumento da taxa de juros (Selic), que fechou o ano no patamar médio de 14,2% a.a. (ao ano), contra 13,5% a.a. em 2015. Além disso, houve também um aumento

Valor adicionado bruto das empresas financeiras (R\$ bilhões)

2000-2016

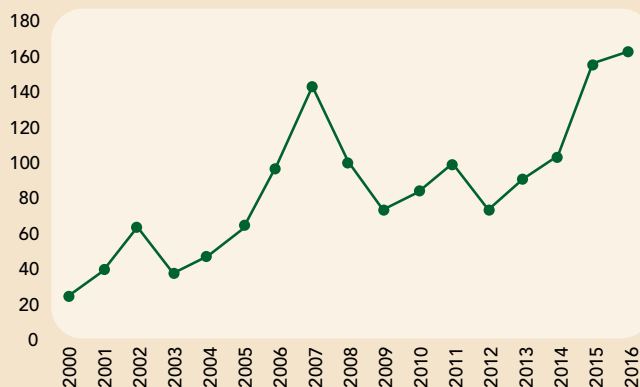


Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Contas Nacionais.

de 6,7% na produção de serviços do sistema financeiro diretamente medidos – serviços associados ao pagamento de tarifas. Outro movimento observado em 2016 foi a preocupação das instituições financeiras com os custos. Nesse sentido se observou um movimento de diminuição de agências/postos de atendimento e sua substituição por plataformas digitais, impactando num crescimento menor do consumo intermediário das instituições financeiras (5,1% ante 10,6% em 2015).

No subsetor de seguros, previdência e planos de saúde houve uma queda, em termos nominais, nas receitas das contribuições sociais efetivas das famílias/empregados e suplemento às contribuições sociais (-16,0%) e um aumento de 7,5% dos benefícios sociais pagos, exceto transferências sociais em espécie. Esse descasamento observado entre contribuições e benefícios contribuiu para um menor crescimento da capacidade de financiamento do setor das empresas financeiras de 4,0% em relação ao ano anterior, ao passar de R\$ 155,2 bilhões em 2015 para R\$ 161,4 bilhões em 2016, conforme gráfico a seguir.

Capacidade (+) /necessidade (-) líquida de financiamento das empresas financeira (R\$ bilhões) 2000-2016



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Contas Nacionais.

O setor governo

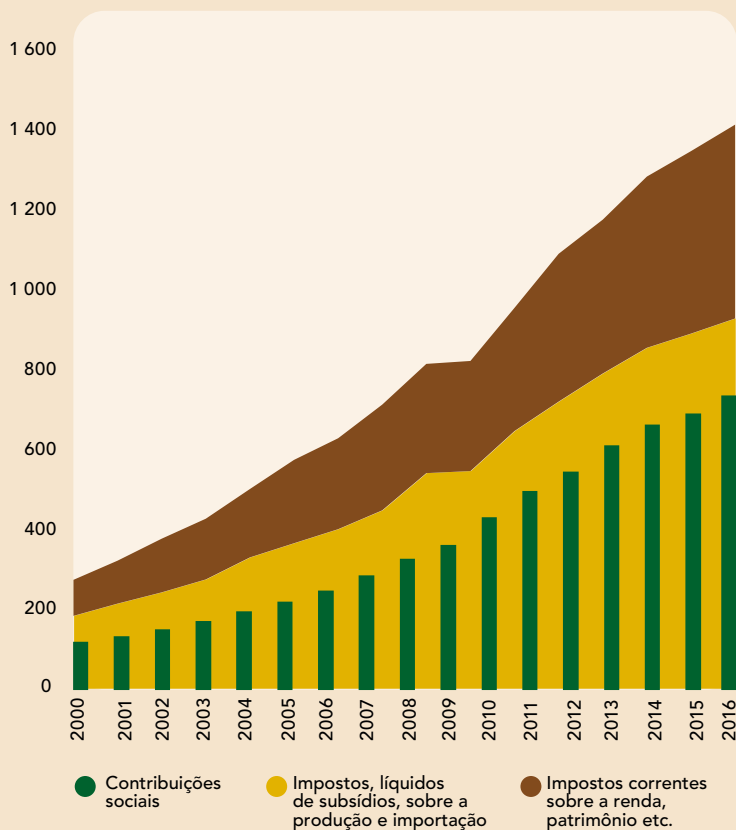
A produção do **setor governo** em 2016 atingiu R\$ 1,2 trilhão, o consumo intermediário R\$ 348,0 bilhões e o valor adicionado bruto R\$ 945,1 bilhões, o que representou 6,7% de crescimento nominal em relação a 2015. Deste modo a participação do setor no valor adicionado bruto da economia alcançou 17,4% contra 17,2% do ano anterior.

No lado dos recursos, a receita de impostos sobre a produção e a importação aumentou em 1,5% em termos nominais, o que levou a uma queda de 1,6 ponto percentual de participação no total das receitas de impostos e contribuições do governo. Esse movimento ocorreu mesmo diante de aumento das alíquotas de impostos sobre produtos na tentativa de reestabelecimento do equilíbrio fiscal primário, principalmente nas alíquotas do PIS/COFINS no âmbito federal e do ICMS no âmbito estadual.

Os impostos sobre a renda, patrimônio, dentre outros, ganharam participação nos tributos de aproximadamente 2 pontos percentuais, devido principalmente à repatriação de recursos do exterior e a manutenção da tabela do Imposto de Renda da Pessoa Física. As contribuições sociais mantiveram a participação estável (29,2%), excluindo as contribuições sociais imputadas), apesar da elevação das alíquotas da contribuição previdenciária sobre a receita bruta.

Seguindo a tendência de 2015, a formação bruta de capital fixo do governo geral passou de R\$ 136,1 bilhões em 2015 para R\$ 121,2 bilhões em 2016, registrando uma queda, em termos nominais, de cerca de 10,9%. Todas as esferas de governo apresentaram queda, conforme reportado na publicação da *Estatísticas de finanças públicas e conta*

Evolução dos impostos e contribuições sociais (R\$ bilhões) 2000-2016

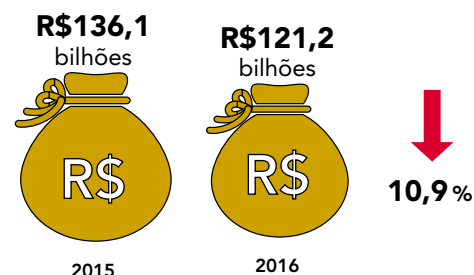


Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Contas Nacionais.

intermediária de governo 2016, divulgada pelo IBGE em parceria com a Secretaria do Tesouro Nacional e o Banco Central do Brasil.

O governo geral observou ainda redução na necessidade de financiamento, queda de R\$ 464,7 bilhões em 2015 para R\$ 448,4 bilhões em 2016. Esse comportamento se deve principalmente à redução de 24,2% das despesas líquidas com juros, que por sua vez foram influenciadas pelo resultado positivo das operações de *swap* cambial do Banco Central do Brasil em 2016 em contraposição a um resultado negativo em 2015. Esse movimento foi mais que suficiente para compensar outras contas que impactaram negativamente o resultado, como os benefícios sociais pagos pelo governo que cresceram 13,3%, reflexo do reajuste do salário mínimo e do calendário de pagamentos do abono salarial em 2016.

Formação bruta de capital fixo do governo geral 2015/2016



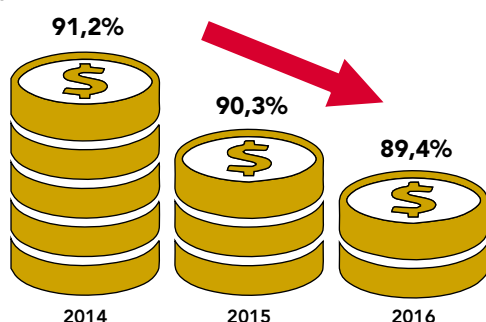
O setor famílias

A principal fonte de renda do **setor famílias** é a remuneração dos empregados, paga, principalmente, por empresas e governo. As famílias também podem ter rendimentos da própria produção, como no caso dos autônomos e dos trabalhadores por conta própria. A renda disponível é formada por essas rendas acrescida de outras remunerações e transferências, subtraindo pagamentos como despesas com juros e contribuições sociais.

A participação da remuneração na renda disponível das famílias apresentou trajetória crescente até 2011, registrando queda a partir de 2012 (65,2%), atingindo 63,7% em 2016.

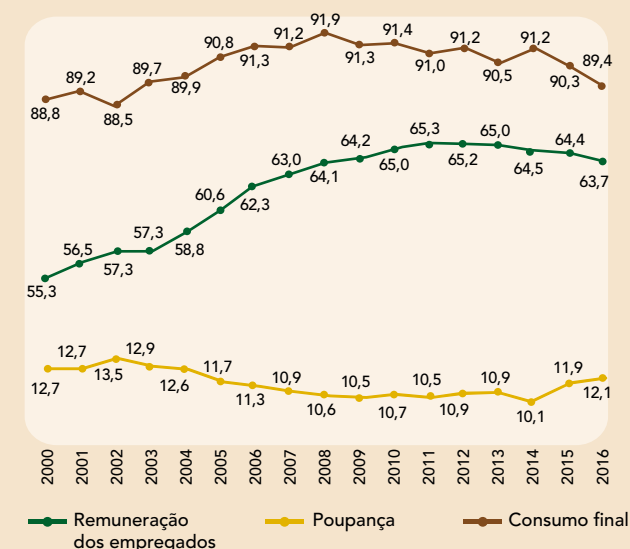
A renda consumida, ou seja, a parcela do consumo final das famílias na renda disponível, foi de 91,2% em 2014, caindo para 90,3% e 89,4%, em 2015 e 2016, respectivamente.

Participação do consumo final na renda disponível 2014-2016



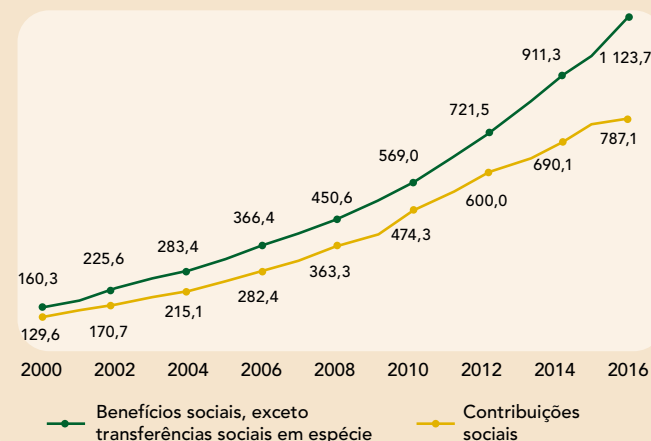
A trajetória da poupança, que corresponde à diferença entre a renda disponível e o consumo final das famílias, apresenta uma tendência inversa à da relação consumo final/renda disponível. Em 2016, a poupança das famílias aumentou, representando 12,1% da renda disponível. Houve também um expressivo crescimento de 13,0% dos benefícios sociais em espécie (aposentadorias, auxílio-doença, pensões e outros), em comparação ao aumento de 2,5% das contribuições sociais. Essa diferença teve uma contribuição importante no aumento, em termos nominais, de 38,6% na capacidade de financiamento das famílias.

Participação na renda disponível das famílias (%) 2000-2016



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Contas Nacionais.

Contribuições sociais e benefícios sociais (R\$ bilhões) 2000-2016



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Contas Nacionais.

Visão sintética do panorama econômico nacional, segundo os principais indicadores 2010-2016

Principais indicadores	Visão sintética do panorama econômico						
	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016
Produção e renda							
Produção							
PIB (variação percentual em volume)	7,5	4,0	1,9	3,0	0,5	(-) 3,5	(-) 3,3
PIB (1 000 000 000 R\$)	3 885,8	4 376,4	4 814,8	5 331,6	5 779,0	5 995,8	6 267,2
PIB per capita (R\$)	19 938,60	22 259,91	24 278,35	26 657,54	28 648,74	29 466,85	30 548,40
Ótica da produção (variação percentual em volume)							
Valor adicionado bruto da agropecuária	6,7	5,6	(-) 3,1	8,4	2,8	3,3	(-) 5,2
Valor adicionado bruto da indústria	10,2	4,1	(-) 0,7	2,2	(-) 1,5	(-) 5,8	(-) 4,6
Valor adicionado bruto dos serviços	6,5	3,5	2,9	2,8	1,0	(-) 2,7	(-) 2,3
Ótica da demanda (variação percentual em volume)							
Despesa de consumo final	5,7	4,2	3,2	3,0	1,9	(-) 2,8	(-) 2,9
Formação bruta de capital fixo - FBCF	17,9	6,8	0,8	5,8	(-) 4,2	(-) 13,9	(-) 12,1
Exportação de bens e serviços	11,7	4,8	0,7	1,8	(-) 1,6	6,8	0,9
Importação de bens e serviços	33,6	9,4	1,1	6,7	(-) 2,3	(-) 14,2	(-) 10,3
Renda, poupança e investimento (%)							
Poupança/PIB	17,9	18,6	18,0	18,3	16,0	14,2	13,4
Taxa de investimento - FBCF/PIB	20,5	20,6	20,7	20,9	19,9	17,8	15,5
Poupança/renda disponível bruta	18,5	19,0	18,4	18,5	16,3	14,5	13,7
Taxa de autofinanciamento - poupança/FBCF	87,4	90,0	87,1	87,6	80,5	79,8	86,5
Remuneração dos empregados/PIB	41,6	42,2	42,8	43,2	43,5	44,6	44,7
Excedente operacional bruto + rendimento misto bruto/PIB	42,2	41,9	41,3	41,2	41,6	40,4	40,8
Capacidade (+) ou Necessidade (-) líquida de financiamento/PIB	(-) 3,8	(-) 3,3	(-) 3,4	(-) 3,4	(-) 4,5	(-) 3,1	(-) 1,5
Setor externo							
Saldo em transações correntes (1 000 000 000 US\$) (1)	(-) 75,8	(-) 77,0	(-) 74,2	(-) 74,8	(-) 104,2	(-) 59,4	(-) 23,5
Grau de abertura da economia: (importações + exportações) PIB (%)	22,8	23,9	25,1	25,8	24,7	27,0	24,5
Investimento Direto no País - IDP (1 000 000 000 US\$) (1)	88,5	101,2	86,6	69,7	97,2	74,7	77,8
Investimento estrangeiro em carteira (1 000 000 000 US\$) (1)	71,6	24,4	23,2	41,3	41,2	18,7	(-) 19,4
Reservas internacionais (1 000 000 000 US\$) (1)	288,6	352,0	373,1	358,8	363,6	356,5	365,0
Política monetária, câmbio e preços							
IPCA (%) (2)	5,0	6,6	5,4	6,2	6,3	9,0	8,7
Taxa de juros SELIC (%) (1)	9,8	11,6	8,5	8,2	10,9	13,3	14,0
Taxa de câmbio (R\$/US\$) (1)	1,76	1,67	1,95	2,16	2,35	3,33	3,49
Trabalho							
Variação do número de ocupações (%)	1,6	1,5	1,4	1,6	2,9	(-) 3,3	(-) 1,6
Finanças públicas (%)							
Carga tributária bruta (impostos + contribuições/Produto Interno Bruto) (3)	33,1	33,9	33,5	33,5	32,8	33,0	33,3
Carga tributária líquida/Produto Interno Bruto (4)	18,9	19,6	18,6	18,1	16,7	16,2	15,1

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Contas Nacionais.

(1) Dados obtidos do Banco Central do Brasil. (2) Média dos preços no ano, contra média do ano anterior. (3) Não inclui as contribuições sociais imputadas. (4) Desconta, da carga tributária bruta, os subsídios, benefícios e transferências às Instituições sem fins de lucro a serviço das famílias. Na série 2000 a 2009 os impostos e os subsídios são apresentados de forma agregada.

Expediente

Elaboração do texto

Diretoria de Pesquisas,
Coordenação de Contas Nacionais

Normalização textual

Centro de Documentação e
Disseminação de Informações,
Gerência de Documentação

Projeto gráfico

Centro de Documentação e
Disseminação de Informações,
Gerência de Editoração

Elaboração do mapa

Diretoria de Geociências,
Coordenação de Geografia

Ilustrações

Centro de Documentação e
Disseminação de Informações,
Gerência de Editoração

Imagens fotográficas

Pixabay

Impressão

Centro de Documentação e
Disseminação de Informações,
Gráfica Digital

Se o assunto é Brasil,
procure o IBGE.



/ibgecomunica



/ibgeoficial



/ibgeoficial



/ibgeoficial

www.ibge.gov.br 0800-721-8181



(21) 97385-8655



IBGE

Links



Tabelas de
resultados,
notas técnicas
e demais
informações
sobre a
pesquisa/estudo

<<https://www.ibge.gov.br/estatisticas-novoportal/economicas/contas-nacionais/9052-sistema-de-contas-nacionais-brasil.html>>